

CNPJ nº 07.520.141/0001-84



EDITAL CONVOCATÓRIO PREGÃO ELETRÔNICO N. 2022.12.26.1

1ª Parte: PREÂMBULO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE IPAUMIRIM sito a Rua Coronel Gustavo Lima, 230, Centro, Ipaumirim/CE, por intermédio do Pregoeiro e Membros da equipe de apoio designados pela Portaria n. 002/2022, de 03 de janeiro de 2022, torna público, para conhecimento dos interessados, que no dia e hora abaixo indicados será realizada licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo MENOR PREÇO que será regida pela Lei Federal n. 10.520, de 17 de junho de 2002, Lei Complementar n. 123, de 14 de dezembro de 2006, Decreto Federal n. 10.024, de 20 de setembro de 2019, e subsidiariamente a Lei Federal n. 8.666, de 21 de junho de 1993, além das demais disposições legais aplicáveis. A presente licitação será no site www.bllcompras.com.

2ª Parte: DAS CLÁUSULAS EDITALÍCIAS

1.0 DO OBJETO

1.1 A presente licitação tem por objeto a aquisição de uniformes escolares destinados ao atendimento das necessidades dos alunos da Rede Pública de Ensino do Município de Ipaumirim/CE, conforme anexos, partes integrantes deste edital.

2.0 DO ACESSO AO EDITAL E DO LOCAL DE REALIZAÇÃO.

2.1. O edital está disponível gratuitamente nos sítios:

www.licitacoes.tce.ce.gov.br, www.bllcompras.com e www.ipaumirim.ce.gov.br

2.2. O certame será realizado no endereço eletrônico:

www.bllcompras.com

3.0. DAS DATAS E HORÁRIOS DO CERTAME

- 3.1. INÍCIO DO ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS: 28 de dezembro de 2022 as 9h00min.
- 3.2. DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS: 09 de janeiro de 2023 às 9h00min.
- 3.3. INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 09 de janeiro de 2023 às 9h30min.
- 3.4. REFERÊNCIA DE TEMPO: Para todas as referências de tempo utilizadas pelo sistema será observado o horário de Brasília/DF.
- 3.5. Na hipótese de não haver expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data prevista, a sessão será remarcada, para no mínimo 48h (quarenta e oito horas) a contar da respectiva data.

4.0 DA SEDE DA ENTIDADE RESPONSÁVEL PELA LICITAÇÃO

4.1. A Prefeitura Municipal de Ipaumirim está localizada na Rua Coronel Gustavo Lima, 230, Centro, Ipaumirim/CE, CEP: 63.340-000, telefone: (88) 3567-1525.



CNPJ nº 07.520.141/0001-84



5.0 DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

5.1. A despesa decorrente desta licitação correrá à conta das Dotações Orçamentárias constantes no quadro a baixo:

Órgão	Unid. Orc.	Projeto/Atividade	Elemento de Despesa
05	02	12.122.0037.2.007.0000	3.3.90.30.00
05	02	12.122.0037.2.007.0000	3.3.90.39.00

6.0 DA PARTICIPAÇÃO, DO CREDENCIAMENTO E DA DECLARAÇÃO

6.1. Os interessados em participar deste certame deverão estar credenciados junto ao sistema **bllcompras.com**.

6.1.1. As regras para credenciamento estarão disponíveis no sítio eletrônico constante no subitem

2.2. deste edital.

6.1.2. Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional (**bllcompras.com**) poderá ser esclarecida através de uma empresa associada ou pelo telefone (41) 3097-4600, ou ainda através

da Bolsa de Licitações do Brasil, pelo e-mail: contato@bll.org.br.

6.2. Poderão participar desta licitação empresas sob a denominação de sociedades empresárias (sociedades em nome coletivo, em comandita simples, em comandita por ações, anônima e limitada) e de sociedades simples, associações, fundações e sociedades cooperativas regularmente estabelecidas neste País, cadastrados ou não no Cadastro de Fornecedores da Prefeitura Municipal de Ipaumirim, e que satisfaçam a todas as condições da legislação em vigor e deste edital.

6.3. A licitante que participar desta licitação com suas condições de habilitação vinculadas ao documento Certificado de Registro Cadastral, obriga-se, após a emissão do CRC, a declarar sob as

penalidades da lei, a superveniência de fato impeditivo de sua habilitação.

6.4. Poderá participar desta licitação toda e qualquer jurídica idônea cuja natureza seja compatível

com o objeto licitado.

- 6.5. Será garantido aos licitantes enquadrados como microempresas, empresas de pequeno porte e as cooperativas, que se enquadrem nos termos do art. 34, da Lei Federal n. 11.488/2007, como critério de desempate, preferência de contratação, o previsto na Lei Complementar n. 123/2006, em seu Capítulo V DO ACESSO AOS MERCADOS / DAS AQUISIÇÕES PÚBLICAS.
- 6.6. Tratando-se de microempresas e empresas de pequeno porte deverão declarar no Sistema **bllcompras.com** o exercício da preferência prevista na Lei Complementar n. 123/2006.

6.7. A participação implica a aceitação integral dos termos deste edital.

6.7.1. É vedada a participação de pessoa física e jurídica nos seguintes casos:

6.7.2. Sob a forma de consórcio, qualquer que seja sua constituição;

6.7.3. Que tenham em comum um ou mais sócios cotistas e/ou prepostos com procuração;

6.7.4. Que estejam em estado de insolvência civil, sob processo de falência, concordata, recuperação judicial ou extrajudicial, dissolução, fusão, cisão, incorporação e liquidação;

6.7.5. Impedidas de licitar e contratar com a Administração;

6.7.6. Suspensas temporariamente de participar de licitação e impedidas de contratar com a Administração;

6.7.7. Declaradas inidôneas pela Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos

determinantes desta condição;

6.7.8. Servidor público ou empresas cujos dirigentes, gerentes, sócios ou componentes de seu quadro técnico sejam funcionários ou empregados públicos da Administração Pública Municipal Direta ou Indireta;



CNPJ nº 07.520.141/0001-84



6.7.9. Estrangeiras não autorizadas a comercializar no país;

6.7.10. Empresas cujo estatuto ou contrato social não inclua o objeto desta licitação.

7.0. DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

7.1. Os licitantes deverão encaminhar/anexar, exclusivamente por meio do sistema da Bolsa de Licitações do Brasil, no sítio eletrônico bllcompras.com, os documentos de habilitação exigidos neste Edital. Com relação à proposta inicial, basta que a mesma seja cadastrada na plataforma, com a descrição do objeto ofertado e seus respectivos preços, até a data e o horário estabelecidos para a abertura da sessão pública, não sendo necessário o envio/anexação da proposta inicial como arquivo digitalizado.

7.1.1. Ao inserir a proposta no sistema, o licitante deverá preencher a "Descrição Detalhada do Objeto Ofertado", devendo constar os dados necessários ao exame de adequabilidade da proposta

com o objeto licitado.

7.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha, obtidas junto à Bolsa de Licitações do Brasil (bllcompras.com).

7.3. Os licitantes enquadrados como ME ou EPP deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal ou trabalhista, nos termos do

art. 43, § 1°, da Lei Complementar n. 123/2006.

7.4. No campo "Informações adicionais", deverá constar necessariamente o seguinte:

a) Indicação do lote e especificação do objeto licitado com todos seus itens, de acordo com o disposto no ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA deste Edital, devendo ser indicada a marca do(s) produto(s)/equipamentos(s); b) Preço global do lote cotado em algarismos;

c) Prazo de validade da proposta, que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias;

7.5. O licitante deverá informar a condição de microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP) que faz jus ao tratamento diferenciado da Lei Complementar n. 123/06, ou cooperativa de que trata o artigo 34 da Lei n. 11.488/07, no ato do encaminhamento da proposta e da documentação de habilitação, por intermédio de funcionalidade disponível no sistema eletrônico bllcompras.com.

7.6. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou da desconexão da parte do

próprio licitante.

7.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir as propostas e os documentos de habilitação, por

eles apresentados, até a abertura da sessão pública.

7.8. Não será estabelecida nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento das propostas.

7.9. Será vedada a identificação do licitante.

7.10. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do Pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

7.11. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens/prestação de serviços.



CNPJ nº 07.520.141/0001-84



7.12. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

7.13. A não apresentação dos documentos de habilitação exigidos neste edital, exclusivamente por meio do sistema eletrônico (bllcompras.com), até a data e horário estabelecidos para abertura da sessão pública, acarretará na inabilitação/desclassificação do proponente, sendo convocado o licitante subsequente, e assim sucessivamente, observada a ordem de classificação.

8.0. DA ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

8.1. Abertas as propostas, o pregoeiro fará as devidas verificações, avaliando a aceitabilidade das mesmas. Caso ocorra alguma desclassificação, deverá ser fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

8.2. Os preços deverão ser expressos em reais, com até 2 (duas) casas decimais em seus valores

globais e unitários, inclusive em propostas de adequação, quando for o caso.

8.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas pelo pregoeiro e somente estas

participarão da etapa de lances.

8.4. Na elaboração da proposta, o preço cotado poderá ultrapassar o limite máximo discriminado Anexo I - TERMO DE REFERÊNCIA presente nos autos do processo em epígrafe; entretanto, na fase de lances, o lance final deverá atingir preço igual ou inferior ao limite máximo constante no Termo de Referência, caso o lote cotado seja composto de itens, o preço unitário do item deverá ser igual ou inferior àquele limite. Caso não seja realizada a fase de lances, o licitante que cotou na proposta escrita o menor preço deverá reduzi-lo a um valor igual ou inferior ao limite máximo do referido no Termo de Referência.

8.5. Serão desclassificadas as propostas que:

8.5.1 - Forem elaboradas em desacordo com os termos deste Edital e de seus anexos; que forem omissas, vagas ou que apresentarem irregularidades insanáveis ou defeitos capazes de dificultar o julgamento; que se oponham a qualquer dispositivo legal vigente, mormente no que tange aos aspectos tributários; ou que contenha preços excessivos ou manifestamente inexequíveis, preços unitários simbólicos, preços irrisórios ou com valor zero e ainda, preços ou vantagens baseadas nas ofertas das demais licitantes; ou que contenha identificação do licitante.

8.5.2 - Que após a fase de lances ou negociação, quando houver, permanecerem com seus preços unitários e total dos itens superiores aos preços no Anexo I (Termo de Referência).

8.6. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

9.0. DA ETAPA DE LANCES

9.1. O pregoeiro dará início à etapa competitiva no horário previsto no **subitem 3.3**, quando, então, os licitantes poderão encaminhar lances que deverão ser apresentados exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

9.2. Para efeito de lances, será considerado o valor global do lote.

9.2.1. Na fase de lances, o lance final deverá atingir preço igual ou inferior ao limite máximo constante no Termo de Referência; e, caso o lote cotado seja composto de itens, o preço unitário do item deverá ser inferior àquele limite. Caso não seja realizada a fase de lances, o licitante que cotou na proposta o menor preço deverá reduzi-lo a um valor igual ou inferior ao limite máximo do referido Termo de Referência.

9.2.2. Os licitantes poderão ofertar lances sucessivos, desde que inferiores ao seu último lance



CNPJ nº 07.520.141/0001-84



registrado no sistema, ainda que este seja maior que o menor lance já ofertado por outro licitante.

9.2.3. Em caso de dois ou mais lances de igual valor, prevalece aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

9.3. Durante a sessão pública de disputa, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado. O sistema não identificará o autor dos lances ao pregoeiro nem aos demais participantes.

9.4. No caso de desconexão entre o pregoeiro e o sistema no decorrer da etapa competitiva, o sistema poderá permanecer acessível à recepção dos lances, retornando o pregoeiro, quando possível, sem prejuízos dos atos realizados.

9.4.1. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por um tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para a divulgação.

9.4.2. Caberá ao licitante à responsabilidade por qualquer ônus decorrente da perda de negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou da desconexão da parte do próprio licitante.

9.5. O modo de disputa adotado para este certame será o "<u>Aberto e Fechado</u>", nos termos do art. 31, inciso II c/c art. 33, do Decreto Federal n. 10.024/2019, observado os seguintes termos:

9.5.1. A etapa inicial de envio de lances desta sessão pública terá duração de 15 (quinze) minutos.

9.5.2. Encerrado o prazo previsto no item acima, o sistema encaminhará o aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido o período de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado, a recepção de lances será automaticamente encerrada.

9.5.3. Encerrado o prazo aleatoriamente determinado, conforme item acima (até 10 minutos), o sistema abrirá a oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os autores das ofertas com valores até 10% (dez por cento) superiores, àquela possam ofertar um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo.

9.5.4. Na ausência de, no mínimo, 3 (três) ofertas nas condições de que trata o item 9.5.3, os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de 3 (três), poderão oferecer um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo.

9.5.5. Encerrados os prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances em ordem crescente de vantajosidade.

9.5.6. Na ausência de lance final e fechado classificado nos termos dos itens 9.5.3 e 9.5.4, haverá o reinício da etapa fechada para que os demais licitantes, até o máximo de 3 (três), na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo, observado, após esta etapa, o disposto no item editalício 9.5.5.

9.5.7. Na hipótese de não haver licitante classificado na etapa de lance fechado que atenda às exigências para habilitação, o Pregoeiro poderá, auxiliado pela Equipe de Apoio, mediante justificativa, admitir o reinício da etapa fechada, nos termos estipulados no item 9.5.6.

9.6. Após a etapa de envio de lances, o sistema identificará, em coluna própria, as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos artigos 44 e 45, da Lei Complementar n. 123/2006, regulamentada pelo Decreto n. 8538/2015.

9.7. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem com preço de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance



CNPJ nº 07.520.141/0001-84



serão consideradas empatadas com a primeira colocada, no caso desta não estar enquadrada como ME ou EPP.

9.8. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de até 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

9.9. Caso a microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes (ME ou EPP) que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no item anterior.

9.10. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas ou empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos itens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

9.11. A ordem de apresentação das propostas pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

9.12. O sistema informará a proposta de menor preço ao encerrar a fase de disputa.

10.0 DO LICITANTE ARREMATANTE E DA NEGOCIAÇÃO DA PROPOSTA

10.1. Encerrada a etapa de envio de lances verbais da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas no Edital.

10.2. A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes

10.3. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação no edital e seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7° e no § 9° do art. 26 do Decreto n. 10.024/2019 e verificará a habilitação do licitante, conforme disposições do edital.

10.4. A partir da sua convocação, o arrematante deverá encaminhar no prazo de 2 (duas) horas, através de e-mail (<u>licitacaoipaumirim2021@hotmail.com</u>) a proposta de preços e, se necessário, documentação complementar, devendo a proposta estar adequada ao último lance ofertado após a negociação referida no item 10.1 deste edital.

10.4.1. O não cumprimento da entrega da proposta final, dentro do prazo acima estabelecido (duas horas), acarretará desclassificação, sendo convocado o licitante subsequente, e assim sucessivamente, observada a ordem de classificação.

10.4.2. A não apresentação dos documentos de habilitação exigidos neste edital, exclusivamente por meio do sistema eletrônico (bllcompras.com), até a data e horário estabelecidos para abertura da sessão pública, acarretará na inabilitação/desclassificação do proponente, sendo convocado o licitante subsequente, e assim sucessivamente, observada a ordem de classificação.

11.0 DA PROPOSTA DE PREÇOS ESCRITA

11.1. A proposta deverá ser apresentada em via única original, com os preços ajustados ao menor lance, nos termos do Anexo II - Proposta de preços deste edital, com todas as folhas rubricadas, devendo a última folha vir assinada pelo representante legal do licitante citado na documentação de habilitação, em linguagem clara e concisa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, com as



CNPJ nº 07.520, 141/0001-84



do(s) indicada quantitativos, devendo marca especificações técnicas. produto(s)/equipamentos(s) e demais informações relativas ao bem ofertado.

11.1.1. A apresentação da proposta em desacordo com o previsto no item acima, acarretará na

desclassificação da mesma.

11.2. Prazo de validade não inferior a 60 (sessenta) dias, contados a partir da data da sua emissão.

11.3. O licitante não poderá cotar proposta com quantitativo de item/lote inferior ao determinado no edital. 11.4. Na cotação do preço unitário, não será admitido o fracionamento do centavo.

11.5. Nos preços propostos já estarão incluídas as despesas referentes a frete, tributos e demais

ônus atinentes à entrega do objeto.

11.6. No caso de a licitante ser cooperativa que executará (entregará) o objeto da licitação através de empregados, a mesma gozará dos privilégios fiscais e previdenciários pertinentes ao regime das cooperativas, devendo a proposta apresentar exequibilidade no aspecto tributário e sujeitar-se ao mesmo regime de qualquer outro agente econômico.

11.7. Após a apresentação da proposta não caberá desistência.

12.0 DA HABILITAÇÃO 12.1. OS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO DEVERÃO SER APRESENTADOS DA **SEGUINTE FORMA:**

a) Cópia do Cartão de inscrição no CNPJ/MF;

b) Cópia da Inscrição Estadual ou Municipal, se houver;

- c) Prova de regularidade fiscal junto à Fazenda Municipal de seu domicílio;
- d) Prova de regularidade fiscal junto à Fazenda Estadual de seu domicílio;
- e) Prova de regularidade fiscal para com os Tributos e Contribuições federais;

f) Certidão Negativa de Débitos quanto à Dívida Ativa da União;

g) Prova de regularidade fiscal junto à Seguridade Social (INSS) - CND;

h) Prova de regularidade fiscal junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

i) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho - TST;

j) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da sede do Licitante, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhada de documentos de eleição de seus administradores;

k) Registro comercial, no caso de empresa individual, devidamente registrado na Junta Comercial

da sede do Licitante;

l) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhadas de prova de diretoria em exercício:

m) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

n) Certidão Negativa de Falência ou Concordata, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa

jurídica.

o) Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, sendo esta feita mediante a apresentação de atestado(s), fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado.

p) Declaração emitida pela licitante de que não possui em seu quadro de pessoal, empregados menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menores de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal.



CNP.J nº 07.520.141/0001-84



12.2. Os Documentos que não tiverem prazo de validade declarado no próprio documento, da mesma forma que não conste previsão em legislação específica, os referidos deverão ter sido emitidos há, no máximo, 90 (noventa) dias, contados até a data da realização da licitação ou, se emitidos por prazo indeterminado, conforme legislação do órgão expedidor.

12.2.1. Ficam excluídos da validade de 90 (noventa) dias os atestados técnicos e comprovações de

inscrições.

13.0 OUTRAS DISPOSIÇÕES

13.1. Havendo restrição quanto à regularidade fiscal e trabalhista da microempresa, da empresa de pequeno porte ou da cooperativa que se enquadre nos termos do art. 34, da Lei Federal n. 11.488/2007, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da convocação do pregoeiro, para a regularização do(s) documento(s), podendo tal prazo ser prorrogado por igual período, conforme dispõe a Lei Complementar n. 123/2006.

13.2. A não comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, até o final do prazo estabelecido, implicará na decadência do direito, sem prejuízo das sanções cabíveis, sendo facultado ao

pregoeiro convocar os licitantes remanescentes, por ordem de classificação.

14.0 DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

14.1. Para julgamento das propostas será adotado o critério de MENOR PREÇO, observado o estabelecido nas condições definidas neste edital e o disposto no Termo de Referência que norteia a contratação, tomando-se como parâmetro, para tanto, o menor preço coletado, na sequência, ou a média de preços, sempre buscando alcançar a maior vantajosidade.

14.1.1. A disputa será realizada por lote, sendo os preços registrados em ata.

14.1.2. A proposta final para o lote não poderá conter item com valor superior ao estimado pela Administração, sob pena de desclassificação, independentemente do valor total do lote, devendo o licitante, readequar o valor do lote aos valores constantes no mapa de preços.

14.1.3. Na fase de lances, o lance final deverá atingir preço igual ou inferior ao limite máximo constante daquele Termo de Referência; Caso não seja realizada a fase de lances, o licitante que cotou na proposta escrita o menor preço deverá reduzi-lo a um valor igual ou inferior ao limite máximo do referido Termo de Referência.

14.1.4. Se a proposta de menor preço não for aceitável, ou, ainda, se o licitante desatender às exigências habilitatórias, o pregoeiro examinará a proposta subsequente, verificando sua compatibilidade e a habilitação do participante, na ordem de classificação, e assim

sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda a este edital.

14.1.5. O licitante remanescente que esteja enquadrado no percentual estabelecido no art. 44, § 2°, da Lei Complementar n. 123/2006, no dia e hora designados pelo pregoeiro, será convocado na ordem de classificação, no "chat de mensagem", para ofertar novo lance inferior ao melhor lance registrado, para, no prazo de 05 (cinco) minutos, utilizar-se do direito de preferência.

15. DA DESCLASSIFICAÇÃO DE PROPOSTAS

15.1. As propostas serão desclassificadas quando apresentadas em condições ilegais, com omissões, ou conflitos com as exigências deste edital.

15.1.1. Com preços superiores dos ITENS/LOTES aos constantes no Termo de Referência no processo em epígrafe, após a fase de lances ou comprovadamente inexequíveis.

15.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema.



CNPJ nº 07.520.141/0001-84



16. DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

16.1. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório deverão ser enviados ao pregoeiro, até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura das propostas, exclusivamente por meio eletrônico, no endereço licitacaoipaumirim2021@hotmail.com, informando o número deste pregão no sistema do bllcompras.com e o órgão interessado.

16.2. Nos pedidos de esclarecimentos encaminhados, os interessados deverão se identificar (CNPJ, Razão Social e nome do representante que pediu esclarecimentos, se pessoa jurídica e CPF para pessoa física) e disponibilizar as informações para contato (endereço completo, telefone, fax

e e-mail).

16.3. Os esclarecimentos serão prestados pelo pregoeiro, por escrito, por meio de e-mail àqueles

que enviaram solicitações.

16.4. Até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura das propostas, qualquer pessoa poderá impugnar o presente edital, mediante petição por escrito, por meio eletrônico, através da plataforma bllcompras.com, ou pelo e-mail licitacaoipaumirim2021@hotmail.com.

16.5. Acolhida a petição contra o ato convocatório, a decisão será comunicada aos interessados.

16.6. As respostas aos pedidos de impugnações e esclarecimentos aderem a esse Edital tal como se

dele fizessem parte, vinculando a Administração e os licitantes.

16.7. Qualquer modificação no Edital exige divulgação pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

16.8. Não serão conhecidas as impugnações apresentadas fora do prazo legal e/ou subscritas por

representante não habilitado legalmente exceto se tratar de matéria de ordem pública.

16.9. A impugnação não possui efeito suspensivo e caberá ao Pregoeiro decidir sobre a mesma no prazo de 2 (dois) dias úteis, contado da data de recebimento desta.

16.10. Acolhida a impugnação contra o edital, será designada nova data para a realização do certame, exceto se a alteração não afetar a formulação das propostas.

17. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

- 17.1. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar, de forma motivada, a intenção de interpor recurso, em campo próprio do sistema, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias para apresentação das razões por escrito, por meio eletrônico, através da plataforma bllcompras.com, ou pelo e-mail licitacaoipaumirim2021@hotmail.com. Os demais licitantes ficam desde logo convidados a apresentar contrarrazões dentro de igual prazo, que começará a contar a partir do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurado vista imediata dos autos.
- 17.2. Não serão conhecidos os recursos intempestivos e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo licitatório para responder pelo proponente.
- 17.3. A ausência de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer, nos termos do disposto no item 17.1 deste edital, importará na decadência desse direito e o pregoeiro estará autorizado a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

17.4 O acolhimento de recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de

17.5. A decisão em grau de recurso será definitiva, e dela dar-se-á conhecimento aos licitantes, no endereço eletrônico constante no subitem 2.2., deste edital.



CNPJ nº 07.520.141/0001-84



18. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

18.1. A adjudicação dar-se-á pelo pregoeiro quando não ocorrer interposição de recursos. Caso contrário, a adjudicação ficará a cargo da autoridade competente.

18.2. A homologação da licitação é de responsabilidade da autoridade competente e só poderá ser

realizada depois da adjudicação do objeto ao vencedor.

18.3. No caso de interposição de recurso, sendo a adjudicação da competência do titular da origem desta licitação, decidido o recurso, este homologará o julgamento do pregoeiro e adjudicará o objeto ao vencedor.

18.4. O titular da origem desta licitação se reserva ao direito de não homologar ou revogar o presente processo por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente

comprovado e mediante fundamentação escrita.

18.5. O sistema gerará ata circunstanciada, na qual estarão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes.

19. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

19.1 O licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração, pelo prazo de até 2 (dois) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas no edital e no termo de contrato e das demais cominações legais.

19.2 A Contratada ficará, ainda, sujeita às seguintes penalidades, em caso de inexecução total ou parcial do contrato, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento

contratual ou não veracidade das informações prestadas, garantida a prévia defesa:

I - advertência, sanção de que trata o inciso I, do art. 87, da Lei Federal n. 8.666/93, poderá ser aplicada nos seguintes casos:

a) descumprimento das obrigações e responsabilidades assumidas na licitação;

b) outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços da

Contratante, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

II - multas (que poderão ser recolhidas em qualquer agência integrante da Rede Arrecadadora de Receitas Federais, por meio de Documento de Arrecadação Municipal - DAM, a ser preenchido de acordo com instruções fornecidas pela Contratante);

a) de 1% (um por cento) sobre o valor contratual total do exercício, por dia de atraso na prestação

dos serviços ou indisponibilidade do mesmo, limitada a 10% do mesmo valor;

b) de 2% (dois por cento) sobre o valor contratual total do exercício, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato, não especificada nas demais alíneas deste inciso, aplicada em dobro na reincidência;

c) de 5% (cinco por cento) do valor contratual total do exercício, pela recusa em corrigir qualquer serviço rejeitado, caracterizando-se a recusa, caso a correção não se efetivar nos 5 (cinco) dias que se seguirem à data da comunicação formal da rejeição;

III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o

Município de Ipaumirim, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade, depois do ressarcimento à Administração pelos prejuízos



CNPJ nº 07.520.141/0001-84



resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

19.3 No processo de aplicação de penalidades é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, garantida nos prazos de 5 (cinco) dias úteis para as sanções previstas nos incisos I, II e III do item 19.3 supra e 10 (dez) dias corridos para a sanção prevista no inciso IV do mesmo item.

19.4 O valor da multa aplicada deverá ser recolhido ao Tesouro Municipal no prazo de 5 (cinco) dias a contar da notificação ou decisão do recurso. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fizer *jus*. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada, o valor devido será cobrado administrativamente ou inscrito como Dívida Ativa do Município e cobrado mediante processo de execução fiscal, com os encargos correspondentes.

19.5 As sanções previstas nos incisos III e IV do item 19.3 supra, poderão ser aplicadas às

empresas que, em razão do contrato objeto desta licitação:

I - praticarem atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação;

II - demonstrarem não possuir idoneidade para contratar com a Administração Pública, em virtude de atos ilícitos praticados;

III - sofrerem condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no

recolhimento de quaisquer tributos.

19.6 As sanções previstas nos incisos I, III e IV do item 19.3 supra poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II do mesmo item, facultada a defesa prévia do interessado no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

19.7 A licitante adjudicatária que se recusar, injustificadamente, em firmar o Contrato dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da notificação que lhe será encaminhada, estará sujeita à multa de 5% (cinco por cento) do valor total adjudicado, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis, por caracterizar descumprimento total da obrigação assumida.

19.8 As sanções previstas no item 19.8 supra não se aplicam às demais licitantes que, apesar de não vencedoras, venham a ser convocadas para celebrarem o Termo de Contrato, de acordo com

este edital, e no prazo de 48 (quarenta e oito) horas comunicarem seu desinteresse.

20. DA CONTRATAÇÃO

20.1. A adjudicatária terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da convocação, para a assinatura do contrato. Este prazo poderá ser prorrogado uma vez por igual período, desde que solicitado durante o seu transcurso e, ainda assim, se devidamente justificado e aceito.

20.2. Na assinatura do contrato será exigida a comprovação das condições de habilitação exigidas neste edital, as quais deverão ser mantidas pela contratada durante todo o período da contratação.

20.3. Quando a adjudicatária não comprovar as condições habilitatórias consignadas neste edital, ou recusar-se a assinar o contrato, poderá ser convidado outro licitante pelo pregoeiro, desde que respeitada à ordem de classificação, para, depois de comprovados os requisitos habilitatórios e feita a negociação, assinar o contrato.

20.4. A forma de pagamento, prazo contratual, reajuste, recebimento e demais condições aplicáveis à contratação estão definidas no Anexo IV - Minuta do Contrato, parte deste edital.

21. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

21.1. Esta licitação não importa necessariamente em contratação, podendo a autoridade competente revogá-la por razões de interesse público, anulá-la por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros, mediante decisão devidamente fundamentada, sem quaisquer reclamações ou direitos à indenização ou reembolso.



CNPJ nº 07.520.141/0001-84



21.2. É facultada ao pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório, vedada a inclusão posterior de documentos que deveriam constar originariamente na proposta e na documentação de habilitação.

21.3. O descumprimento de prazos estabelecidos neste edital e/ou pelo pregoeiro ou o não

atendimento às solicitações ensejará DESCLASSIFICAÇÃO ou INABILITAÇÃO.

21.4. Toda a documentação fará parte dos autos e não será devolvida ao licitante, ainda que se

trate de originais.

21.5. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital excluir-se-ão os dias de início e incluir-se-ão os dias de vencimento. Os prazos estabelecidos neste edital se iniciam e se vencem somente em dia de expediente na Prefeitura Municipal de Ipaumirim.

21.6. Os licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos

documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

21.7. O desatendimento de exigências formais não essenciais não implicará no afastamento do licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua

21.8. Toda a documentação exigida deverá ser apresentada em original ou por qualquer processo de reprografia autenticada por cartório competente ou por Servidor da Administração. Caso esta documentação tenha sido emitida pela internet, só será aceita após a confirmação de sua autenticidade.

21.9. Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas

pelo sistema ou de sua desconexão.

21.10. Todas e quaisquer comunicações com o pregoeiro deverão se dar por escrito, com o devido protocolo com sede na Comissão Permanente de Licitação, via e-mail institucional licitacaoipaumirim2021@hotmail.com, ou no próprio chat da plataforma do bllcompras.com "sala virtual" onde estará acontecendo o certame.

21.11. Fica terminantemente proibido ao pregoeiro prestar quaisquer informações sobre o pregão já publicado e/ou em andamento, sob qualquer hipótese ou pretexto usando telefonia fixa ou

móvel, como forma de garantir a lisura do certame.

21.12. Os casos omissos serão resolvidos pelo pregoeiro, nos termos da legislação pertinente.

21.13. As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação

da disputa.

21.14. A apresentação, por parte dos licitantes, de DECLARAÇÃO FALSA relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, aos impedimentos de participação ou ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte sujeitará o licitante às sanções previstas neste Edital, e art. 37 da Lei Complementar n. 123/2006, independentemente da adoção de providências quanto à responsabilização penal.

21.15. Serão considerados como não apresentadas as declarações, não assinadas pelo representante legal das empresas ou seu procurador, considerando-se, diante da ausência de assinatura, desclassificada a proposta ou inabilitada a empresa, conforme a fase em que a declaração deva ser

apresentada.

21.16. O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste edital será o da Comarca de Ipaumirim, Estado do Ceará.



CNPJ nº 07.520.141/0001-84



22. DOS ANEXOS

22.1. Constituem anexos deste edital, dele fazendo parte:

ANEXO I - Termo de Referência

ANEXO II - Proposta de Preços

ANEXO III - Modelo de Declaração Relativa ao Trabalho de Empregado Menor

ANEXO IV - Minuta do Contrato

Ipaumirim/CE, 26 de dezembro de 2022.

José Jonas Bezerra Leite Pregoeiro Oficial



CNPJ nº 07.520.141/0001-84



ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO ELETRÔNICO N. 2022.12.26.1



CNPJ nº 07.520.141/0001-84



TERMO DE REFERÊNCIA

1 - DO OBJETO

1.1 - Aquisição de uniformes escolares destinados ao atendimento das necessidades dos alunos da Rede Pública de Ensino do Município de Ipaumirim/CE.

2 - DA MODALIDADE DE LICITAÇÃO E DO CRÍTÉRIO DE JULGAMENTO

2.1 - Para a aquisição deste objeto será adotada a modalidade de licitação denominada PREGÂO, em sua forma ELETRÔNICA, a qual observará os preceitos de direito público e, em especial as disposições do Decreto Federal n. 10.024/2019, subsidiariamente pela Lei Federal n. 8.666/93, Lei Federal n. 10.520/02, ao que determina a Lei Complementar n. 123/2006 e Lei Complementar n. 147/2014 e outras normas aplicáveis à espécie.

2.2 - Para o julgamento das propostas será adotado o critério de MENOR PREÇO, observando todas as condições definidas no edital e seus anexos.

3 - JUSTIFICATIVAS

3.1 - DA NECESSIDADE

3.1.1 - A Secretaria Municipal de Educação vem implementando ações voltadas para a qualidade e o bem-estar das crianças e adolescentes atendidas nas escolas municipais de Ipaumirim/CE. O uniforme escolar é, portanto, parte integrante desse ambiente e deve ser pensado sob a ótica do conforto, da durabilidade, dos custos e também da segurança. O uso de uniforme na escola, que é elemento de integração e de promoção da inclusão e da igualdade social, coloca as crianças e adolescentes em nível igualitário, amenizando as desigualdades causadas pelas diferenças sociais. Os uniformes se constituem como uma forma de identificação dos alunos lhes garante um sentimento de pertencimento ao grupo social, fundamental para o desenvolvimento psicossocial da criança e do adolescente. É preciso ressaltar, ainda, a praticidade e a economia que o uniforme escolar proporciona aos pais e responsáveis, já que a utilização de diferentes roupas a cada dia de aula é onerosa às famílias. Deste modo, faz-se necessário a aquisição de uniformes para alunos da rede municipal, considerando que um uniforme padronizado e perene distingue e, ao mesmo tempo, integra o aluno à instituição a qual pertence, refletindo no comportamento, na identidade visual e no seu estímulo pedagógico.

3.2 - DA DEMANDA

3.2.1 - A demanda solicitada foi referente ao quantitativo do censo escolar 2022, com uma prospecção em 2023 para novos matriculados. Enfatizamos que em decorrência dessa variação futura os tamanhos/quantidades dos fardamentos serão ratificados após a matrícula dos alunos veteranos e novatos.

4 - LOTE ÚNICO

4.1 - O não parcelamento do objeto em itens, ou seja, a compra por lote, nos termos do art. 23, § 1°, da Lei Federal n. 8.666/93, neste caso, se demonstra técnica e economicamente viável e não tem a finalidade de reduzir o caráter competitivo da licitação, visa, tão somente, assegurar a gerência segura da contratação, a competição necessária em um processo licitatório e atingir a sua finalidade e efetividade, que é a de atender a contento as necessidades da Administração Pública. 4.2 - Quanto à composição do lote, temos que os itens foram unificados em "LOTE UNICO" em virtude de os mesmos guardarem compatibilidade entre si, ou seja, estão divididos pela



CNPJ nº 07.520.141/0001-84



semelhança dos produtos, observando-se, inclusive as regras mercadológicas para a aquisição dos produtos, de modo a não prejudicar a concorrência entre os participantes, mantendo a competitividade necessária à disputa.

4.3 - No que diz respeito ao Princípio da Economicidade e em contratar a proposta mais vantajosa, individualizar a contratação do aludido objeto sobrecarrega a Administração Pública e encarece o contrato final, uma vez que os licitantes possuirão uma margem de negociação bem maior por estarem comercializando uma maior parcela (Lote) do objeto licitado. Dessa forma, na divisão por lote do objeto em tela, há um grande ganho para a Administração na economia de escala, tendo em vista que implicaria em aumento de quantitativos e, consequentemente, numa redução de preços a serem pagos pela Administração.

5 - DAS ESPECIFICAÇÕES, QUANTIDADES E VALORES ESTIMADOS

5.1 - A empresa a ser contratada, deverá fornecer os produtos/fardamentos conforme descrição na planilha abaixo:

Item	Lote 01 - Fardamento Escolar (Uniformes)				If wante year was
1	Especificação CAMISETA INFANTIL PP – ATÉ 5 ANOS: MEIA MALHA 100 POLIÉSTER, NAS CORES BRANCA E AZUL MARINHO SUBLIMADO, COM LISTAS DE VIÉS NA COR AZUL MARINHO NA ALTURA DO OMBRO DAS CAVAS ATÉ GOLA DA CAMISETA CAVA DO BRAÇO REBATIDA COM PUNHO DE 2,5 CM ONDE PARTE DA COSTURA EM AZUL MARINHO PONTA BRANCA GOLA REBATIDA EM PUNHO IGUAL CAVA SENDO 2,5 CM DE CORES BRANCA E AZUL MARINHO SENDO NA PARTE DA COSTURA BRANCA DA PONTA AZUL MARINHO. FINALIZADA EM GOLA "CARECA" EMBUTIDA ETIQUETA NA ALTURA DO PEITO ESQUERDO EM SUBLIMAÇÃO, CONTENDO BRASÃO DO MUNICÍPIO NAS CORES ORIGINAIS MEDINDO 9,0 CM DE LARGURA POR 9,0 CM DE ALTURA, COSTA COM IMPRESSA EM SUBLIMAÇÃO CONTENDO LOGOTIPO E SLOGAN DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO MEDINDO 15,0 CM DE LARGURA POR 15,0 CM DE ALTURA	Unid.	Qtde. 600	R\$ 23,50	Valor Total R\$ 14.100,00
2	CAMISETA INFANTIL PP – ATÉ 5 ANOS: MEIA MALHA 100 POLIÉSTER, NAS CORES BRANCA E AZUL MARINHO SUBLIMADO, COM LISTAS DE VIÉS NA COR AZUL MARINHO NA ALTURA DO OMBRO DAS CAVAS ATÉ GOLA DA CAMISETA CAVA DO BRAÇO REBATIDA COM PUNHO DE 2,5 CM ONDE PARTE DA COSTURA EM AZUL MARINHO PONTA BRANCA GOLA REBATIDA EM PUNHO IGUAL CAVA SENDO 2,5 CM DE CORES BRANCA E AZUL MARINHO SENDO NA PARTE DA COSTURA BRANCA DA PONTA AZUL MARINHO. FINALIZADA EM GOLA "CARECA" EMBUTIDA ETIQUETA NA ALTURA DO PEITO ESQUERDO EM SUBLIMAÇÃO, CONTENDO BRASÃO DO MUNICÍPIO NAS CORES ORIGINAIS MEDINDO 9,0 CM DE LARGURA POR 9,0 CM DE ALTURA, COSTA COM IMPRESSA EM SUBLIMAÇÃO CONTENDO LOGOTIPO E SLOGAN DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO MEDINDO 15,0 CM DE LARGURA POR 15,0 CM DE ALTURA	Und	600	R\$ 25,50	R\$ 15.300,00
3	CAMISA P – DE 6 A 11 ANOS: EM MEIA MALHA 100 POLIÉSTER, MANGA CURTA, NAS CORES BRANCA E AZUL MARINHO SUBLIMADO, COM LISTAS DE VIÉS NA COR AZUL MARINHO NA ALTURA DO OMBRO COMPREENDIDO DA MANGA ATÉ A CAVA DA GOLA A MANGA REBATIDA COM PUNHO DE 2,5 CM ONDE PARTE DA COSTURA EM AZUL MARINHO PONTA BRANCA GOLA REBATIDA EM PUNHO IGUAL CAVA SENDO 2,5 CM DE CORES BRANCA E AZUL MARINHO SENDO NA PARTE DA COSTURA BRANCA DA PONTA AZUL MARINHO. FINALIZADA EM GOLA V EMBUTIDA ETIQUETA NA ALTURA DO PEITO ESQUERDO EM SUBLIMAÇÃO, CONTENDO BRASÃO DO MUNICÍPIO NAS CORES ORIGINAIS MEDINDO 9,0 CM DE LARGURA POR 9,0 CM DE ALTURA, COSTA COM IMPRESSA EM SUBLIMAÇÃO CONTENDO LOGOTIPO E SLOGAN DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO MEDINDO 15,0 CM DE LARGURA POR 15,0 CM DE ALTURA, CONFORME MODELO SER DISPONIBILIZADO PELA GESTÃO. TAMANHO P DE 6 A 11 ANOS. CONFORME LAYOUT DO ANEXO. CADA UNIDADE DO MENCIONADO ITEM DEVE VIR EMBALADO EM SACO PLÁSTICO PRÓPRIO TRANSPARENTE PARA TRANSPORTE CONSERVAÇÃO DO MATERIAL, COM ETIQUETA DE TAMANHO AMOSTRA	Und	690	R\$ 24,13	R\$ 16.649,70



Prefeitura Municipal de Ipaumirim Governo Municipal CNPJ nº 07.520,141/0001-84



Total					R\$ 88.859,10
5	CAMISA G – DE 15 A 20 ANOS E ADULTOS: EM MEIA MALHA 100 POLIÉSTER, MANGA CURTA, NAS CORES BRANCA E AZUL MARINHO SUBLIMADO, COM LISTAS DE VIÉS NA COR AZUL MARINHO NA ALTURA DO OMBRO COMPREENDIDO DA MANGA ATÉ A CAVA DA GOLA A MANGA REBATIDA COM PUNHO DE 2,5 CM ONDE PARTE DA COSTURA EM AZUL MARINHO PONTA BRANCA GOLA REBATIDA EM PUNHO IGUAL CAVA SENDO 2,5 CM DE CORES BRANCA E AZUL MARINHO SENDO NA PARTE DA COSTURA BRANCA DA PONTA AZUL MARINHO. FINALIZADA EM GOLA V EMBUTIDA ETIQUETA NA ALTURA DO PEITO ESQUERDO EM SUBLIMAÇÃO, CONTENDO BRASÃO DO MUNICÍPIO NAS CORES ORIGINAIS MEDINDO 9,0 CM DE LARGURA POR 9,0 CM DE ALTURA, COSTA COM IMPRESSA EM SUBLIMAÇÃO CONTENDO LOGOTIPO E SLOGAN DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO MEDINDO 20,0 CM DE LARGURA POR 20,0 CM DE ALTURA, CONFORME MODELO SER DISPONIBILIZADO PELA GESTÃO. TAMANHO G DE 15 A 20 ANOS E ADULTOS. CONFORME LAYOUT DO ANEXO. CADA UNIDADE DO MENCIONADO ITEM DEVE VIR EMBALADO EM SACO PLÁSTICO PRÓPRIO TRANSPARENTE PARA TRANSPORTE CONSERVAÇÃO DO MATERIAL, COM ETIQUETA DE TAMANHO AMOSTRA	Und	700	R\$ 32,13	R\$ 22.491,00
4	CAMISA M – DE 11 A 15 ANOS E ADULTOS: EM MEIA MALHA 100 POLIÉSTER, MANGA CURTA, NAS CORES BRANCA E AZUL MARINHO SUBLIMADO, COM LISTAS DE VIÉS NA COR AZUL MARINHO NA ALTURA DO OMBRO COMPREENDIDO DA MANGA ATÉ A CAVA DA GOLA A MANGA REBATIDA COM PUNHO DE 2,5 CM ONDE PARTE DA COSTURA EM AZUL MARINHO PONTA BRANCA GOLA REBATIDA EM PUNHO IGUAL CAVA SENDO 2,5 CM DE CORES BRANCA E AZUL MARINHO SENDO NA PARTE DA COSTURA BRANCA DA PONTA AZUL MARINHO. FINALIZADA EM GOLA V EMBUTIDA ETIQUETA NA ALTURA DO PEITO ESQUERDO EM SUBLIMAÇÃO, CONTENDO BRASÃO DO MUNICÍPIO NAS CORES ORIGINAIS MEDINDO 9,0 CM DE LARGURA POR 9,0 CM DE ALTURA, COSTA COM IMPRESSA EM SUBLIMAÇÃO CONTENDO LOGOTIPO E SLOGAN DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO MEDINDO 20,0 CM DE LARGURA POR 20,0 CM DE ALTURA, CONFORME MODELO SER DISPONIBILIZADO PELA GESTÃO. TAMANHO M DE 11 A 15 ANOS E ADULTOS. CONFORME LAYOUT DO ANEXO. CADA UNIDADE DO MENCIONADO ITEM DEVE VIR EMBALADO EM SACO PLÁSTICO PRÓPRIO TRANSPARENTE PARA TRANSPORTE CONSERVAÇÃO DO MATERIAL, COM ETIQUETA DE TAMANHO AMOSTRA	Und	680	R\$ 29,88	R\$ 20.318,40

- 5.2 O valor máximo admitido para esta contratação é de R\$ 88.859,10 (oitenta e oito mil oitocentos e cinquenta e nove reais e dez centavos), de acordo com a MÉDIA das pesquisas de preços realizadas pelo Município de Ipaumirim com empresas atuantes no ramo do objeto licitado.
- 5.3 Não serão aceitos para fins de contratação, preços unitários superiores aos valores constantes no orçamento acima, independentemente do valor total do lote.
- 5.4 Caso o licitante seja o próprio fabricante do(s) produto(s)/fardamentos, o mesmo deverá indicar a marca de modo a não ser identificado, neste caso, deverá incluir o Termo "MARCA PRÓPRIA".

6 - DO PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA

6.1 - O futuro contrato terá vigência até <u>31 de dezembro de 2023</u>, a contar da sua assinatura, ou enquanto decorrer o fornecimento dos produtos/materiais dentro da vigência do mesmo.

7 - DA ENTREGA DOS PRODUTOS/FARDAMENTOS E DO RECEBIMENTO

- 7.1 Os produtos/fardamentos serão fornecidos de acordo com as solicitações requisitadas pela Secretaria/Fundo competente, devendo os mesmos ser entregues junto à sede desta, ou onde for mencionado nas respectivas Ordens de Compra, ficando a Administração no direito de solicitar apenas aquela quantidade que lhe for estritamente necessária, sendo as despesas com a entrega de responsabilidade da empresa Contratada.
- 7.2 Os produtos/fardamentos deverão ser entregues no prazo de <u>até 20 (vinte) dias</u>, a contar do recebimento da respectiva Ordem de Compra.
- 7.3 A Contratada ficará obrigada a trocar, as suas expensas, os produtos/fardamentos que vierem a ser recusados por justo motivo, sendo que o ato do recebimento não importará a sua aceitação.
- 7.4 A Contratada deverá efetuar as entregas em transporte adequado para tanto, sendo que os



CNPJ nº 07.520.141/0001-84



produtos/fardamentos deverão estar todos em embalagens fechadas, contendo a identificação da data de industrialização e o prazo de validade, quando for o caso.

7.5 - Caso a Prefeitura venha optar por entrega programada a contratada deverá dispor de instalações condizentes e compatíveis para a guarda e armazenamento dos produtos/fardamentos.

8.6 - O recebimento dos produtos/fardamentos será efetuado nos seguintes termos:

8.6.1 - Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do produto/equipamento com a especificação;

8.6.2 - Definitivamente, após verificação da qualidade e quantidade do produto/equipamento, pelo setor responsável pela solicitação e consequentemente aceitação.

9 - DA ORIGEM DOS RECURSOS

9.1 - As despesas do contrato para o exercício vigente correrão por conta de recursos oriundos do Tesouro Municipal, previstos nas seguintes Dotações Orçamentárias:

Órgão	Unid. Orç.	Projeto/Atividade	Elemento de Despesa
05	02	12.122.0037.2.007.0000	3.3.90.30.00
05	02	12.122.0037.2.007.0000	3.3.90.39.00

9.2 - As despesas do contrato do exercício subsequente correrão à conta de dotações orçamentárias consignadas para esta atividade, ficando adstritas ao respectivo crédito orçamentário.

10 - DO PAGAMENTO

10.1 - O pagamento dos produtos/fardamentos fornecidos será efetuado pela Administração, obedecidas as requisições, em moeda corrente, conforme o valor apresentado na fatura correspondente e certificado pelo setor competente limitando-se o desembolso máximo em conformidade com a disponibilidade de recursos financeiros, em prazo não superior a 30 (trinta) dias.

10.2 - O pagamento será efetuado através de Transferência Bancária.

11 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1 - As obrigações da CONTRATADA são as descriminadas na Minuta Contratual, parte integrante do Edital, independentemente de sua transcrição.

12 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

12.1 - As obrigações da CONTRATANTE são as descriminadas na Minuta Contratual, parte integrante do Edital, independentemente de sua transcrição.

13 - DAS SANÇÕES

- 13.1 À Contratada total ou parcialmente inadimplente serão aplicadas as sanções dos artigos 86 a 88 da Lei Federal n. 8.666/93, e suas demais alterações.
- 13.2 O Atraso injustificado na execução do contrato, inadimplemento, sujeitará a Contratada às seguintes sanções:
- 13.2.1 Advertência;
- 13.2.2 Multas necessárias, conforme segue:
- 13.2.2.1 O prazo de entrega deverá ser rigorosamente observado, ficando desde já estabelecido a multa de 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento)



CNPJ nº 07.520.141/0001-84



sobre o valor da respectiva Ordem de Compra, caso seja inferior a 30 (trinta) dias.

13.2.2.2 - Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da respectiva Ordem de Compra, no caso de atraso superior à 30 (trinta) dias.

13.2.3 - Suspensão temporária do direito de participar em licitações e impedimento de contratar com a **Prefeitura Municipal de Ipaumirim** por prazo não superior a 02 (dois) anos.

13.2.4 - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com Administração Municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

13.3 - A Prefeitura Municipal de Ipaumirim, sem prejuízo das sanções aplicáveis, reterá crédito, promoverá cobrança judicial ou extrajudicial, a fim de receber multas aplicadas e resguardar-se dos danos e perdas que tiver sofrido por culpa da empresa Contratada.

14 - DA RESCISÃO

14.1 - O contrato poderá ser rescindido unilateralmente pela Contratante, por conveniência administrativa ou por infringência de qualquer das condições pactuadas.

14.2 - O não cumprimento das disposições especificadas no Contrato implicará automaticamente em quebra de Contrato, ensejando rescisão administrativa prevista nos art. 77 a 79 da Lei Federal 8.666/93, reconhecidos desde já os Direitos da Administração, com relação às normas contratuais e as previstas em Lei ou Regulamento dispostas no presente Instrumento.

14.3 - O contrato é rescindível ainda, independentemente de qualquer interpelação judicial ou Extrajudicial, nos casos de acerto em comum acordo por iniciativa de uma das partes, mediante aviso por escrito com 30 (trinta) dias de antecedência, sem ônus para ambas as partes.

15 - DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

15.1 - A gestão do contrato será exercida por Representante da Administração, formalmente designado pelo(a) ordenador(a) de despesas, para acompanhar a execução do instrumento contratual, com vistas à promoção das medidas necessárias à fiel execução das condições previstas no instrumento contratual.

15.2 - A fiscalização da contratação será exercida por Representante da Administração, formalmente designado pelo(a) ordenador(a) de despesas, ou pessoa física ou jurídica contratada, com as atribuições de subsidiar ou assistir o Gestor de Contrato, de acordo com o estabelecido no art. 67, da Lei Federal n. 8.666/1993.

15.2.1 - A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade dos órgãos ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70, da Lei Federal n. 8.666/93.

16 - DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1 - Este Termo de Referência visa atender as exigências legais para o procedimento licitatório na modalidade Pregão, em sua forma eletrônica, que será regido pelo Decreto Federal n. 10.024/2019, subsidiariamente pela Lei Federal n. 8.666/93, Lei Federal n. 10.520/02, ao que determina a Lei Complementar n.123/2006 e Lei Complementar n. 147/2014 e suas alterações constando todas as condições necessárias e suficientes, ficando proibido por este termo exigir cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam, ou frustrem o caráter competitivo e estabeleçam preferências ou destinações em razão de naturalidade dos licitantes ou de qualquer



CNPJ nº 07.520.141/0001-84



outra circunstância impertinente ou irrelevante para sua especificação. 16.2 - Reproduza-se fielmente este Termo de Referência/Projeto Básico na minuta do edital e seus anexos.

Ipaumirim/CE, 26 de dezembro de 2022.

José Jonas Bezerra Leite Pregoeiro Oficial do Município Luana Evangelista de Souza Honorato Ordenadora de Despesas Secretaria Municipal de Educação



CNPJ nº 07.520.141/0001-84



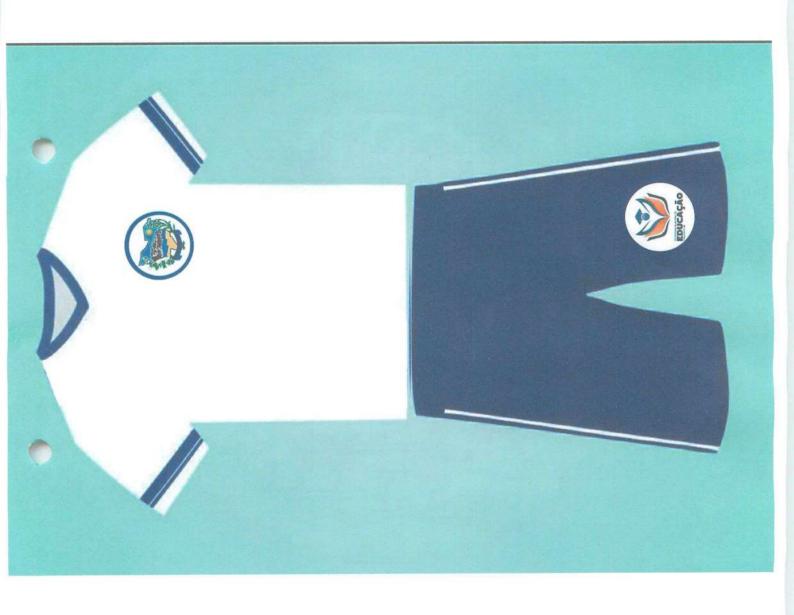
ANEXO I - A

ANEXO DO TERMO DE REFERÊNCIA

MODELOS / LAYOUTS

PREGÃO ELETRÔNICO N. 2022.12.26.1

























CNPJ nº 07.520.141/0001-84



ANEXO II MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

A Prefeitura Municipal de Ipaumirim, Estado do Ceará.

Pela presente declaramos inteira submissão aos preceitos legais em vigor, especialmente os da Lei Federal n. 8.666/93 e Lei n. 10.520/2002, bem como às cláusulas e condições da modalidade **Pregão Eletrônico n. 2022.12.26.1**.

Declaramos ainda, que não ocorreu fato que nos impeça de participar da mencionada Licitação. Assumimos o compromisso de bem e fielmente fornecer os produtos/fardamentos especificados no Anexo I, caso sejamos vencedor(es) da presente Licitação.

Objeto: Aquisição de uniformes escolares destinados ao atendimento das necessidades dos alunos da Rede Pública de Ensino do Município de Ipaumirim/CE, conforme especificações apresentadas abaixo:

	Lote 01 - Fardamento Escolar (Uniformes)	Unid.	Qtde.	Valor Unitário	Valor Tota
tem	Especificação	Unia.	Qide.	Valor Utilitatio	Value 10ta
1	CAMISETA INFANTIL PP – ATÉ 5 ANOS: MEIA MALHA 100 POLIÉSTER, NAS CORES BRANCA E AZUL MARINHO SUBLIMADO, COM LISTAS DE VIÉS NA COR AZUL MARINHO NA ALTURA DO OMBRO DAS CAVAS ATÉ GOLA DA CAMISETA CAVA DO BRAÇO REBATIDA COM PUNHO DE 2,5 CM ONDE PARTE DA COSTURA EM AZUL MARINHO PONTA BRANCA GOLA REBATIDA EM PUNHO IGUAL CAVA SENDO 2,5 CM DE CORES BRANCA E AZUL MARINHO SENDO NA PARTE DA COSTURA BRANCA DA PONTA AZUL MARINHO. FINALIZADA EM GOLA "CARECA" EMBUTIDA ETIQUETA NA ALTURA DO PEITO ESQUERDO EM SUBLIMAÇÃO, CONTENDO BRASÃO DO MUNICÍPIO NAS CORES ORIGINAIS MEDINDO 9,0 CM DE LARGURA POR 9,0 CM DE ALTURA, COSTA COM IMPRESSA EM SUBLIMAÇÃO CONTENDO LOGOTIPO E SLOGAN DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO MEDINDO 15,0 CM DE LARGURA POR 15,0 CM DE ALTURA	Und	600		
2	CAMISETA INFANTIL PP – ATÉ 5 ANOS: MEIA MALHA 100 POLIÈSTER, NAS CORES BRANCA E AZUL MARINHO SUBLIMADO, COM LISTAS DE VIÉS NA COR AZUL MARINHO NA ALTURA DO OMBRO DAS CAVAS ATÉ GOLA DA CAMISETA CAVA DO BRAÇO REBATIDA COM PUNHO DE 2,5 CM ONDE PARTE DA COSTURA EM AZUL MARINHO PONTA BRANCA GOLA REBATIDA EM PUNHO IGUAL CAVA SENDO 2,5 CM DE CORES BRANCA E AZUL MARINHO SENDO NA PARTE DA COSTURA BRANCA DA PONTA AZUL MARINHO. FINALIZADA EM GOLA "CARECA" EMBUTIDA ETIQUETA NA ALTURA DO PEITO ESQUERDO EM SUBLIMAÇÃO, CONTENDO BRASÃO DO MUNICÍPIO NAS CORES ORIGINAIS MEDINDO 9,0 CM DE LARGURA POR 9,0 CM DE ALTURA, COSTA COM IMPRESSA EM SUBLIMAÇÃO CONTENDO LOGOTIPO E SLOGAN DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO MEDINDO 15,0 CM DE LARGURA POR 15.0 CM DE ALTURA	Und	600		
3	CAMISA P – DE 6 A 11 ANOS: EM MEIA MALHA 100 POLIÉSTER, MANGA CURTA, NAS CORES BRANCA E AZUL MARINHO SUBLIMADO, COM LISTAS DE VIÉS NA COR AZUL MARINHO NA ALTURA DO OMBRO COMPREENDIDO DA MANGA ATÉ A CAVA DA GOLA A MANGA REBATIDA COM PUNHO DE 2,5 CM ONDE PARTE DA COSTURA EM AZUL MARINHO PONTA BRANCA GOLA REBATIDA EM PUNHO IGUAL CAVA SENDO 2,5 CM DE CORES BRANCA E AZUL MARINHO SENDO NA PARTE DA COSTURA BRANCA DA PONTA AZUL MARINHO. FINALIZADA EM GOLA V EMBUTIDA ETIQUETA NA ALTURA DO PEITO ESQUERDO EM SUBLIMAÇÃO, CONTENDO BRASÃO DO MUNICÍPIO NAS CORES ORIGINAIS MEDINDO 9,0 CM DE LARGURA POR 9,0 CM DE ALTURA, COSTA COM IMPRESSA EM SUBLIMAÇÃO CONTENDO LOGOTIPO E SLOGAN DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO MEDINDO 15,0 CM DE LARGURA POR 15,0 CM DE ALTURA, CONFORME MODELO SER DISPONIBILIZADO PELA GESTÃO. TAMANHO P DE 6 A 11 ANOS. CONFORME LAYOUT DO ANEXO. CADA UNIDADE DO MENCIONADO ITEM DEVE VIR EMBALADO EM SACO PLÁSTICO PRÓPRIO TRANSPARENTE PARA TRANSPORTE CONSERVAÇÃO DO MATERIAL, COM ETIQUETA DE TAMANHO AMOSTRA	Und	690		
4	CAMISA M – DE 11 A 15 ANOS E ADULTOS: EM MEIA MALHA 100 POLIÉSTER, MANGA CURTA, NAS CORES BRANCA E AZUL MARINHO SUBLIMADO, COM LISTAS DE VIÉS NA COR AZUL MARINHO NA ALTURA DO OMBRO COMPREENDIDO DA MANGA ATÉ A CAVA DA GOLA A MANGA REBATIDA COM PUNHO DE 2,5 CM ONDE PARTE DA COSTURA EM AZUL MARINHO PONTA BRANCA GOLA REBATIDA EM PUNHO IGUAL CAVA SENDO 2,5 CM DE CORES BRANCA E AZUL MARINHO SENDO NA PARTE DA COSTURA BRANCA DA PONTA AZUL MARINHO. FINALIZADA EM GOLA V EMBUTIDA ETIQUETA NA ALTURA DO PEITO ESQUERDO EM SUBLIMAÇÃO, CONTENDO BRASÃO DO MUNICÍPIO NAS CORES ORIGINAIS MEDINDO 9,0 CM DE LARGURA POR 9,0 CM DE ALTURA, COSTA COM IMPRESSA EM SUBLIMAÇÃO CONTENDO LOGOTIPO E SLOGAN DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO MEDINDO 20,0 CM DE LARGURA POR 20,0 CM DE ALTURA, CONFORME MODELO SER DISPONIBILIZADO PELA GESTÃO. TAMANHO M DE 11 A 15 ANOS E ADULTOS. CONFORME	Und	680		



Prefeitura Municipal de Ipaumirim Governo Municipal CNPJ nº 07.520.141/0001-84



	TO THE REPORT OF A PUBLIC PARTIES AND US A 100 DOLLÉCTED MANCA CURTA NAS			
5	CAMISA G — DE 15 A 20 ANOS E ADULTOS: EM MEIA MALHA 100 POLIÉSTER, MANGA CURTA, NAS CORES BRANCA E AZUL MARINHO SUBLIMADO, COM LISTAS DE VIÉS NA COR AZUL MARINHO NA ALTURA DO OMBRO COMPREENDIDO DA MANGA ATÉ A CAVA DA GOLA A MANGA REBATIDA COM PUNHO DE 2,5 CM ONDE PARTE DA COSTURA EM AZUL MARINHO PONTA BRANCA GOLA REBATIDA EM PUNHO IGUAL CAVA SENDO 2,5 CM DE CORES BRANCA E AZUL MARINHO SENDO NA PARTE DA COSTURA BRANCA DA PONTA AZUL MARINHO. FINALIZADA EM GOLA V EMBUTIDA ETIQUETA NA ALTURA DO PEITO ESQUERDO EM SUBLIMAÇÃO, CONTENDO BRASÃO DO MUNICÍPIO NAS CORES ORIGINAIS MEDINDO 9,0 CM DE LARGURA POR 9,0 CM DE ALTURA, COSTA COM IMPRESSA EM SUBLIMAÇÃO CONTENDO LOGOTIPO E SLOGAN DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO MEDINDO 20,0 CM DE LARGURA POR 20,0 CM DE ALTURA, CONFORME MODELO SER DISPONIBILIZADO PELA GESTÃO. TAMANHO G DE 15 A 20 ANOS E ADULTOS. CONFORME LAYOUT DO ANEXO. CADA UNIDADE DO MENCIONADO ITEM DEVE VIR EMBALADO EM SACO PLÁSTICO PRÓPRIO TRANSPARENTE PARA TRANSPORTE CONSERVAÇÃO DO MATERIAL, COM ETIQUETA DE TAMANHO AMOSTRA	Und	700	
	Total			

/alor Total da Proposta: R\$
Proponente:
Endereço:
CNPJ:
Data da Abertura:
Horário de Abertura:
Prazo de Entrega: Conforme Edital e Contrato.
Validade da Proposta: 60 (sessenta) dias.
Local e Data:
Assinatura do Proponente



Prefeitura Municipal de Ipaumirim Governo Municipal CNPJ nº 07.520.141/0001-84



ANEXO III PREGÃO ELETRÔNICO N. 2022.12.26.1

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

III				2000	CNIDI	1		
A	empresa	,	inscrita	no	CNPJ	SOD	0	n.
		, situada na						,
DE	CLARA, se	ob as penas da lei, para surtir efeito junto à F	refeitura	Muni	cipal de	Ipaum	irim,	no
pro	cedimento	licitatório sob a modalidade Pregão Eletrônico	o, que não	incic	le na pro	ibição	cont	tida
no	inciso XXX	XIII, do art. 7º da Constituição da República Fe	ederativa o	do Bra	asil.			
Por	ser verdad	e, firma a presente.						
		Local Data a Assinatur						

Local, Data e Assinatura.



CNPJ nº 07.520.141/0001-84



ANEXO IV MINUTA DO CONTRATO N...../......

Contrato que entre si celebram, de um lado o Município de Ipaumirim/CE, através da Secretaria Municipal de Educação e do outro, para o fim que nele se declara.

O MUNICÍPIO DE IPAUMIRIM, Estado do Ceará, pessoa jurídica de direito público interno,
inscrita no CNPJ/MF sob o n. 07.520.141/0001-84, através da Secretaria Municipal de Educação,
neste ato representada por sua Ordenadora de Despesas, a Sra. Luana Evangelista de Souza
Honorato, residente e domiciliada na Cidade de Ipaumirim/CE, apenas denominado de
CONTRATANTE, e de outro lado, estabelecida na
inscrita no CNPJ/MF sob o n, neste ato
representada por, portador(a) do CPF n.
apenas denominada de CONTRATADA, resolvem firmar o presente
Contrato, tendo em vista o resultado da Licitação, na modalidade Pregão Eletrônico n.
2022.12.26.1, tudo de acordo com as normas gerais da Lei Federal n. 8.666/93 e da Lei n.
10.520/02, e suas alterações posteriores, mediante cláusulas e condições seguintes.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO FUNDAMENTO LEGAL

1.1 - Processo de Licitação na modalidade Pregão Eletrônico n. 2022.12.26.1, de acordo com a Lei Federal n. 8.666/93 e Lei n. 10.520/02, devidamente homologado pela Sra. Luana Evangelista de Souza Honorato, Ordenadora de Despesas da Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

.....

2.1 - O presente Instrumento tem como objeto a aquisição de uniformes escolares destinados ao atendimento das necessidades dos alunos da Rede Pública de Ensino do Município de Ipaumirim/CE, conforme especificações constantes no Anexo I do Edital Convocatório, nos quais a Contratada sagrou-se vencedora, conforme discriminado no quadro abaixo:

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR, DO REAJUSTE E DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

- 3.2 O valor do presente contrato não será reajustado.
- 3.3 Poderá ser restabelecida a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração do fornecimento, desde que objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, nos termos do art. 65, inciso II, alínea "d", da Lei Federal n. 8.666/93, devendo ser formalizado através de ato administrativo.
- 3.4 Para a efetivação do que trata o item anterior, deverá a Contratada apresentar requerimento formal à Administração Municipal solicitando o reequilíbrio econômico-financeiro do(s) preço(s) do item(ns) que se fizer(em) necessário(s) para a justa remuneração do(s) fornecimento(s),



CNPJ nº 07.520.141/0001-84



devendo o referido pedido ser acompanhado da(s) nota(s) fiscal(is) de entrada da(s) mercadoria(s), do período compreendido entre a data da contratação e da solicitação, que será formalizado através de Termo Aditivo, cuja publicação do mesmo, em forma resumida, deverá ser providenciada pela Contratante, em obediência ao disposto no parágrafo único, do art. 61, da Lei Federal n. 8.666/93.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA CONTRATUAL

4.1 - O presente Contrato terá vigência até <u>31 de dezembro de 2023</u>, a contar da data de sua assinatura, ou enquanto decorrer o fornecimento dos produtos/fardamentos dentro da vigência do mesmo.

CLÁUSULA QUINTA - DA ENTREGA DOS PRODUTOS/FARDAMENTOS E DO RECEBIMENTO

- 5.1 Os produtos/fardamentos serão fornecidos de acordo com as solicitações requisitadas pela Secretaria/Fundo competente, devendo os mesmos ser entregues junto à sede desta, ou onde for mencionado nas respectivas Ordens de Compra, ficando a Administração no direito de solicitar apenas aquela quantidade que lhe for estritamente necessária, sendo as despesas com a entrega de responsabilidade da empresa Contratada.
- 5.2 Os produtos/fardamentos deverão ser entregues no prazo de <u>até 20 (vinte) dias</u>, a contar do recebimento da respectiva Ordem de Compra.
- 5.3 A Contratada ficará obrigada a trocar, as suas expensas, os produtos/fardamentos que vierem a ser recusados por justo motivo, sendo que o ato do recebimento não importará a sua aceitação.
- 5.4 A Contratada deverá efetuar as entregas em transporte adequado para tanto, sendo que os produtos/fardamentos deverão estar todos em embalagens fechadas, contendo a identificação da data de industrialização e o prazo de validade, quando for o caso.
- 5.5 Caso a Prefeitura venha optar por entrega programada a contratada deverá dispor de instalações condizentes e compatíveis para a guarda e armazenamento dos produtos/fardamentos.
- 5.6 O recebimento dos produtos/fardamentos será efetuado nos seguintes termos:
- 5.6.1 Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do produto/equipamento com a especificação;
- 5.6.2 Definitivamente, após verificação da qualidade e quantidade do produto/equipamento, pelo setor responsável pela solicitação e consequentemente aceitação.

CLÁUSULA SEXTA - DA ORIGEM DOS RECURSOS

6.1 - As despesas deste Contrato correrão por conta de recursos oriundos do Tesouro Municipal, previstos na seguinte Dotação Orçamentária:

Órgão	Unid. Orc.	Projeto/Atividade	Elemento de Despesa
05	02	12.122.0037.2.007.0000	3.3.90.30.00
05	02	12.122.0037.2.007.0000	3.3.90.39.00

CLÁUSULA SÉTIMA - DO PAGAMENTO

7.1 - O pagamento dos produtos/fardamentos fornecidos será efetuado pela Administração, mensalmente, obedecidas as requisições, em moeda corrente, conforme o valor apresentado na fatura correspondente e certificado pelo setor competente limitando-se o desembolso máximo em conformidade com a disponibilidade de recursos financeiros do Tesouro Municipal, em prazo não superior a 30 (trinta) dias, a contar da data de recebimento do produto/equipamento.

7.2 - O pagamento será efetuado através de Transferência Bancária.



CNPJ nº 07.520.141/0001-84



CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1 - A Contratada para fornecer os produtos/fardamentos, objeto do presente Contrato, obrigar-se-á a:

8.1.1 - Cumprir integralmente as disposições deste Instrumento e do Edital Convocatório.

8.1.2 - Responsabilizar-se pela perfeição dos produtos/fardamentos objeto deste Contrato, sendo ainda responsável por quaisquer danos pessoais ou materiais, inclusive contra terceiros, ocorridos durante seu fornecimento.

8.1.3 - Responsabilizar-se e zelar pelo pagamento de suas dívidas em favor de terceiros envolvidos na execução do objeto contratual, em particular no que se refere às contribuições devidas à Previdência Social, Obrigações Trabalhistas, Seguros e aos Tributos à Fazenda Pública em geral.

8.1.4 - Manter, durante toda a execução deste Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

8.1.5 - Fornecer com presteza e dignidade os produtos/fardamentos objeto deste Contrato.

8.1.6 - Aceitar nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem necessários na forma estabelecida no art. 65, § 1º da Lei Federal n. 8.666/93, alterada e consolidada.

8.1.7 - Entregar no prazo de <u>até 20 (vinte) dias</u>, a contar do recebimento da respectiva Ordem de Compra, os produtos/fardamentos requisitados pelo setor competente, devendo os mesmos ser entregues na sede da Secretaria/Fundo competente, ou no local indicado na antedita Ordem de Compra, sendo as despesas com a entrega de sua responsabilidade.

8.1.8 - Trocar, as suas expensas, os produtos/fardamentos que vierem a ser recusados por justo

motivo, sendo que o ato de recebimento não importará em sua aceitação.

8.1.9 - Efetuar a entrega dos produtos/fardamentos em transporte adequado para tanto, sendo que os mesmos deverão estar todos em embalagens fechadas, contendo a identificação da data de industrialização e o prazo de validade, quando for o caso.

8.1.10 - Caso a Contratante venha optar por entrega programada a Contratada deverá dispor de instalações condizentes e compatíveis para a guarda e armazenamento dos produtos/fardamentos pondo-os a salvo de possível deterioração.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1 - A Contratante obrigar-se-á a:

9.1.1 - Exigir o fiel cumprimento do Edital e deste Contrato, bem como zelo no fornecimento e o cumprimento dos prazos.

9.1.2 - Notificar a CONTRATADA sobre qualquer irregularidade no fornecimento dos

produtos/fardamentos objeto deste Contrato.

9.1.3 - Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, por servidor especialmente designado, de acordo com o estabelecido no art. 67, da Lei Federal n. 8.666/93, através de Portaria da Secretaria Municipal competente.

9.1.4 - Efetuar os pagamentos devidos nas condições estabelecidas neste Instrumento, bem como

zelar pelo cumprimento de todas as cláusulas contratuais.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS SANÇÕES

10.1 - À Contratada total ou parcialmente inadimplente serão aplicadas as sanções dos artigos 86 a 88 da Lei Federal n. 8.666/93, e suas demais alterações.

10.2 - O Atraso injustificado na execução do contrato, inadimplemento, sujeitará a Contratada às seguintes sanções:

10.2.1 - Advertência;



CNPJ nº 07.520.141/0001-84



10.2.2 - Multas necessárias, conforme segue:

10.2.2.1 - O prazo de entrega deverá ser rigorosamente observado, ficando desde já estabelecido a multa de 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento) sobre o valor da respectiva Ordem de Compra, caso seja inferior a 30 (trinta) dias.

10.2.2.2 - Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da respectiva Ordem de Compra, no caso

de atraso superior à 30 (trinta) dias.

10.2.3 - Suspensão temporária do direito de participar em licitações e impedimento de contratar com a **Prefeitura Municipal de Ipaumirim** por prazo não superior a 02 (dois) anos.

10.2.4 - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com Administração Municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida

reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

10.3 - A Prefeitura Municipal de Ipaumirim, sem prejuízo das sanções aplicáveis, reterá crédito, promoverá cobrança judicial ou extrajudicial, a fim de receber multas aplicadas e resguardar-se dos danos e perdas que tiver sofrido por culpa da empresa Contratada.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO

11.1 - Este contrato poderá ser rescindido unilateralmente pela Contratante, por conveniência

administrativa ou por infringência de qualquer das condições pactuadas.

11.2 - O não cumprimento das disposições especificadas neste Contrato implicará automaticamente em quebra de Contrato, ensejando rescisão administrativa prevista nos art. 77 a 79 da Lei Federal 8.666/93, reconhecidos desde já os Direitos da Administração, com relação às normas contratuais e as previstas em Lei ou Regulamento dispostas no presente Instrumento.

11.3 - O presente contrato é rescindível ainda, independentemente de qualquer interpelação judicial ou Extrajudicial, nos casos de acerto em comum acordo por iniciativa de uma das partes, mediante aviso por escrito com 30 (trinta) dias de antecedência, sem ônus para ambas as partes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

12.1 - Quaisquer alterações que venham a ocorrer neste Instrumento serão efetuadas mediante Termo Aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA PUBLICAÇÃO

13.1 - Este contrato deverá ser publicado por afixação em local de costume, até o 5° (quinto) dia útil do mês subsequente ao de sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS ANEXOS

14.1 - Integram o presente contrato todas as peças que formaram o procedimento licitatório, a proposta apresentada pela Contratada, bem como eventuais correspondências trocadas entre as partes, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

15.1 - O foro competente para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente contrato é o da Comarca de Ipaumirim, Estado do Ceará.

Declaram as partes que este Contrato corresponde à manifestação final, completa e exclusiva de acordo entre elas celebrado e, por assim estarem de acordo, assinam o presente Contrato as partes e as testemunhas abaixo firmadas.



Prefeitura Municipal de Ipaumirim Governo Municipal CNPJ nº 07.520.141/0001-84



Ipaumirim/	CE,
	CONTRATANTE
3	CONTRATADA
Testemunhas:	
2)	CPF